

RELATÓRIO DE AUDITORIA

ANDE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

Período Auditado: Janeiro de 2020 a Dezembro de 2020

Rio de Janeiro - RJ, 04 de maio de 2021.

À
**DD. DIRETORIA DA
ANDE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES
RUA ANTÔNIO BATISTA BITENCOURT, 17 SALA 201 – RECREIO DOS
BANDEIRANTES
RIO DE JANEIRO – RJ**

**REF.: RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA
Nº 245/2021 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTOS PARA
DEFICIENTES – ANDE, ENCERRADAS EM 31/12/2020**

Prezados (as) Senhores (as),

Servimo-nos da presente para encaminhar à atenção de V.Sas., nosso relatório circunstanciado de auditoria sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2020, contendo recomendações e comentários críticos sobre os procedimentos e controles internos atualmente adotados pela entidade.

Nosso exame abrangeu a avaliação dos controles internos e procedimentos contábeis, adotados nas diversas áreas e foi efetuado de acordo com os padrões reconhecidos de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos e na extensão que julga necessária, segundo as circunstâncias e de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil.

A seguir apresentamos nosso trabalho.



TGB - AUDITORIA INDEPENDENTE S/S
CRC Nº 6133/O-3 - RJ
MILTON GRANADO DA SILVA
Responsável Técnico - Contador
CRC/RJ – 059.240/O-8

Conteúdo

1.	CONTROLES INTERNOS.....	4
1.1.	TESTES DE OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	4
1.2.	JURÍDICO.....	4
1.3.	RETENÇÕES DE IMPOSTOS	4
1.4.	RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS SOBRE A RETENÇÃO EFETUADA NAS NOTAS FISCAIS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS	5
1.5.	RECOLHIMENTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	5
1.6.	CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	5
2.	PARTE II - AUDITORIA CONTÁBIL.....	5
2.1.	ATIVO	5
2.1.1.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	5
2.1.1.1.	CAIXA	5
2.1.1.2.	BANCOS CONTA MOVIMENTO – RECURSOS LEI PIVA	5
2.1.2.4	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6
2.1.2	IMOBILIZADO	6
2.2.	PASSIVO	7
2.2.1.	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	7
2.2.2.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	8
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL.....	8
2.4.	RECEITAS/DESPESAS	8
3.	CONCLUSÃO	9

1. CONTROLES INTERNOS

1.1. TESTES DE OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Procedemos a testes e avaliação dos controles internos mantidos pela entidade efetuados no curso de nossos trabalhos, nestes procedimentos não detectamos fragilidades relevantes que impactam na gestão e nos resultados da entidade. Constatamos que a Associação possui sistema de consistência dos instrumentos de controle interno para o gerenciamento de suas transações operacionais e que as informações não são divergentes entre as áreas administrativa/financeira e contabilidade.

Os controles internos preparados pela entidade estão em conformidade com as normas contábeis, instituídas na Resolução nº 321/72, do Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe o seguinte:

Resolução CFC nº 321/72:

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e o grau de confiança de seus dados contábeis, bem como promover a eficiência operacional”.

1.2. JURÍDICO

Como norma dos procedimentos de auditoria, encaminhamos Circularização aos assessores jurídicos da entidade, sobre a existência ou não, de eventuais contingências nas áreas cível, trabalhista e tributária sobre seus cuidados, em 31/12/2020, a favor ou contra a ANDE.

Recebemos resposta dos assessores jurídicos da entidade sobre inexistência de processos judiciais onde a Entidade figure com autora ou ré.

1.3. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

Aferimos as retenções e recolhimentos do PIS/COFINS/CSLL, incidentes sobre Notas Fiscais de prestação de serviços contratados.

Examinamos as bases de cálculo constantes nas Notas Fiscais, a luz da norma consubstanciada na Lei nº 10.833/2003, Inciso IV do art. 30 e art. 31, regulamentados pela IN/SRF nº 459/2004, bem como o art. 647 do RIR/99 e Lei nº 13.137/2015 que alterou os artigos 31 e 35 da Lei nº 10.833/2003, bem como da MP 123/2006 que regula o Simples Nacional.

Os recolhimentos foram efetuados nas datas fixadas nas normas fiscais.

1.4. RECOLHIMENTOS DE IMPOSTOS SOBRE A RETENÇÃO EFETUADA NAS NOTAS FISCAIS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

Recalculamos os DARFs e GPS, conferimos com os valores das Notas Fiscais e registros contábeis, encontrando conformidade nas bases que deram origem aos encargos sociais e impostos retidos.

Os recolhimentos foram efetuados nas datas fixadas nas normas fiscais e previdenciárias.

1.5. RECOLHIMENTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Recalculamos as GPS, GRF e DARF, conferimos com os valores da folha de pagamento, encontrando conformidade nas bases que deram origem aos encargos sociais e impostos retidos.

Os recolhimentos foram efetuados nas datas fixadas nas normas fiscais e previdenciárias.

1.6. CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

A entidade nos apresentou as seguintes certidões negativas em relação à situação fiscal, previdenciária e trabalhista, apurando a regularidade da Entidade.

CERTIDÃO	VALIDADE
Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união	31/07/2021
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	09/04/2021 - 06/08/2021
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	02/10/2021

2. PARTE II - AUDITORIA CONTÁBIL

2.1. ATIVO

2.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

2.1.1.1. CAIXA

Esta conta em 31/12/2020 não apresenta saldo.

Examinamos os registros contábeis do movimento efetuado por caixa, documentação de suporte e controles internos mantidos pela entidade, concluindo pela sua consistência em relação aos registros contábeis.

2.1.1.2. BANCOS CONTA MOVIMENTO – RECURSOS LEI PIVA

O saldo em 31/12/2020 é de R\$ 39.902,77, conforme demonstramos a seguir:

BANCO	CONTA	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2020 R\$	SALDO EXTRATO BANCÁRIO EM 31/12/2020 R\$	DIVERGÊNCIA R\$

Caixa Econômica Federal	818-0	0,00	0,00	-
Itaú	56216-3	0,00	0,00	-
Caixa Econômica Federal	610-2	0,00	0,00	-
Caixa Econômica Federal	613-7	0,00	0,00	-
Caixa Econômica Federal	816-4	16,50	16,50	-
Caixa Econômica Federal	814-8	36.531,84	36.531,84	-
Caixa Econômica Federal	614-5	0,00	0,00	-
Caixa Econômica Federal	815-6	177,98	177,98	-
Banco do Brasil	91690-0	3.176,45	53.176,45	-
Total		39.902,77	39.902,77	-

Confrontamos os saldos contábeis com os saldos apresentados nos extratos bancários encontrando compatibilidade dos saldos registrados na contabilidade.

Em conexão com as normas e procedimentos de auditoria, aferimos que a entidade se utiliza de planilhas de conciliação para o controle e consistência das contas bancárias, como ferramenta gerencial.

2.1.2.4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Saldo em 31/12/2020 é de R\$ 63.912,68, conforme composição a seguir:

BANCO	CONTA	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2020 R\$	SALDO EXTRATO BANCÁRIO EM 31/12/2020 R\$	DIVERGÊNCIA R\$
Aplicação Automática - CEF	610-2	0,00	0,00	
Aplicação Financeira - CEF	818-0	0,00	0,00	
Aplicação Financeira – CEF	819-9	0,00	0,00	
Aplicação Financeira – CEF	814-8	0,00	0,00	
Aplicação Financeira – CEF	815-6	0,00	0,00	
Aplicação Financeira – CEF	816-4	63.912,68	63.912,68	
Total		63.912,68	63.912,68	

Confrontamos os saldos contábeis com os saldos apresentados nos extratos bancários encontrando compatibilidade dos saldos registrados na contabilidade.

Em conexão com as normas e procedimentos de auditoria, aferimos que a entidade se utiliza de planilhas de conciliação para o controle e consistência das contas bancárias, como ferramenta gerencial.

2.1.2 IMOBILIZADO

Examinamos o balanço patrimonial e as contas do grupo do subgrupo do Imobilizado estavam assim compostas, em 31/12/2020:

CONTAS	SALDO 31/12/2019	SALDO 31/12/2020	VARIAÇÃO	AQUISIÇÕES	BAIXAS
Móveis e Utensílios	6.060,00	6.060,00	0,00	-	-
Computadores e Periféricos	22.409,54	22.409,54	0,00		
(-) depreciação acumulada	(6.073,56)	(11.161,46)	(5.087,90)		
Total	22.395,98	17.308,08	(5.087,90)		

Aferimos os registros contábeis dos bens patrimoniais do Imobilizado, verificando que estão apoiados em registros contábeis; A entidade atualizou o inventário dos seus bens patrimoniais e implantou novo controle patrimonial, ferramenta base para fins de balizando com os registros contábeis.

Conferimos que os bens corpóreos classificados como Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição e instalação, deduzidos da Depreciação Acumulada, calculada de acordo com as práticas convencionais recomendadas pelo fisco nacional.

Constatamos que a entidade elaborou o “Termo de Responsabilidade” de uso e guarda dos bens no ambiente interno e externo, em atendimento a recomendação de auditorias anteriores.

Cabe ressaltar que o objetivo principal do “Termo de Responsabilidade” é a guarda e conservação do estado físico dos bens em uso pelos servidores, além de preservar sua localização e compatibilidade com a relação inventarial.

2.2. PASSIVO

2.2.1. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31/12/2020 apresenta o saldo de R\$ 24.384,51, composto de:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020 (EM R\$)
Provisão de FGTS – Dezembro/2020	0,00
Provisão INSS a recolher – Dezembro/2020	24.384,51
TOTAL	24.384,51

Examinamos os registros contábeis e os controles extra-contábeis, conforme quadro supra mencionado, apurando conformidade nas operações e documentação, *exceto a ausência de provisão de férias, 1/3 de férias, encargos sociais do INSS e FGTS.*

RECOMENDAÇÃO:

- Provisionar e discriminar as rubricas de férias, 1/3 de férias e encargos sociais sobre férias (INSS e FGTS), conforme requer a

NBC TG 25 (R2) – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

2.2.2. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em 31/12/2020 o saldo de R\$ 8.583,44 está apresentado, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020 (EM R\$)
Provisão de PIS S/Folha a Recolher - Dezembro/2020	434,65
Provisão IRRF - Dezembro/2020	23,97
Provisão IRRF(0561) – Dezembro/2020	8.050,50
Provisão Darf cod 5982 - Dezembro/2020	74,32
TOTAL	8.583,44

Examinamos os registros contábeis e os controles extra-contábeis, conforme quadro supra mencionado, apurando conformidade nas operações e documentação.

2.3. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2020 é de R\$ 325.699,14, composto pelas seguintes rubricas:

CONTA	SALDO EM 31/12/2020 (EM R\$)
Superávit Operacional acumulado	325.699,14
Patrimônio Social	325.699,14

Aferimos os registros contábeis verificando a consistência dos registros.

2.4. RECEITAS/DESPESAS

Em 31/12/2020 estão alocadas nas seguintes contas:

RECEITAS	SALDO EM 31/12/2020	%	DESPESAS	SALDO EM 31/12/2020	%
Subvenção/Manutenção	R\$ 925.689,66	47,93%	Manutenção Administrativa	R\$ 159.822,00	7,37%
Subvenção Manutenção Técnica	(R\$ 13.991,14)	(0,72%)	Manutenção Técnica	R\$ 36.290,30	1,67%
Doações	R\$ 0,00		Despesas c/Pessoal	R\$ 1.173.393,03	54,11%
Subvenções de Projeto	R\$ 408.959,75	21,18%	Projetos	R\$ 333.291,84	15,37%
Subvenção Equipe de Bocha	R\$ 596.278,34	30,88%	Despesas Financeiras	R\$ 1.865,89	0,09%
Subvenção Organizadora	R\$ 8.337,99	0,43%	Depreciações	R\$ 5.087,90	0,23%
Eventos			Projetos	R\$ 458.882,49	21,16%
Receitas Financeiras	R\$ 5.815,29	0,30%			
TOTAL	R\$ 1.931.089,89	100%	TOTAL	R\$ 2.168.633,45	100%
-	-	DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(R\$ 237.543,56)	-

A conta “Receitas Operacionais”, grupo “subvenção manutenção técnica de Futebol” registra saldo negativo de R\$ 13.991,14, decorrente dos recursos dos convênios que foram devolvidos ao CPB, durante o exercício social de 2020, contabilizados como dedução da receita bruta, conforme nota explicativa nº 3.1.

Constatamos um Déficit Operacional no exercício encerrado em 31/12/2020, no valor de R\$ 237.543,56, conforme demonstrado no quadro acima.

Consta na nota explicativa nº 009 que o déficit mencionado no parágrafo anterior é decorrente da redução total de R\$ 1.287.500,00 (um milhão e duzentos e oitenta e sete mil reais) no orçamento anual da Entidade. O não recebimento dos recursos da Lei Agnelo/Piva pelo Futebol PC bem como a exclusão da modalidade do Fundo Lima/Tóquio.

Procedemos à análise pelo método de amostragem das contas de Receitas e Despesas do período de Janeiro a Dezembro de 2020, constatando a regularidade dos registros contábeis e controles internos.

3. CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados com a finalidade de obter suporte para certificar a consistência e adequação dos lançamentos e saldos demonstrados nos relatórios contábeis, suportados por documentação comprobatória, além de apurar o cumprimento de normas, formalidades e eficiência nos controles internos da Entidade, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis as Pequenas, Médias Empresas e as Entidades sem finalidade de lucro e Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

No presente trabalho, considerando os procedimentos adotados e normas de auditoria, não detectamos inconsistências no sistema de contabilidade, limitado à amostra de nosso trabalho, exceto a falha apontada no item 2.2.1 do presente relatório, objeto de recomendação da auditoria.

O resultado de nosso trabalho demonstrou uma situação satisfatória, no gerenciamento do sistema dos registros contábeis das transações operacionais da entidade, bem como em relação aos controles internos preparados e adotados pela **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES - ANDE**.
